

Por uma política cultural integracional

José Teixeira Coelho (*)

Preliminar

Vou tratar o tema proposto na perspectiva do Campus, o que significa levar em conta, desde logo, a questão da *cooperação* e, em seguida, ter em mente também -- por saber que essa foi e é uma preocupação fundante daqueles que na origem propuseram esta iniciativa, já desde o I Campus em Barcelona-- o tópico da *preparação para a cooperação*, da formação para a cooperação, da gestão da cooperação e, por extensão, da gestão cultural. Fazendo isso, vou questionar implicitamente alguns conceitos e colocá-los sob exame, uma vez que entendo as ocasiões como as fornecidas por estes encontros como outras tantas situações de laboratório, onde colocamos idéias à prova e não nos limitamos a repetir noções consagradas -- que nem por serem consagradas se revelam sempre produtivas. E vou também falar-lhes um pouco sobre o modo como entendo a política cultural, o modo como ora entendo que ela deve ser operacionalizada.

Parte da motivação para fazê-lo proveio do próprio tema que nos foi sugerido estudar, elaborado ao redor das noções de *cultura*, *juventude*, *ambiente urbano* e *diversidade*. Interessante que tenham incluído, entre os termos definidores deste problema, a noção de ambiente urbano. Ela faz pensar e imediato em uma expressão consagrada em política cultural, Juventude Urbana (Urban Youth), expressão curiosa porque aparentemente não inclui toda a juventude mas apenas a *juventude problemática*, para não dizer marginalizada ou marginal. Incidentalmente temos de parar de usar eufemismos e palavras, pelo menos na política cultural. Mas essa é outra questão. Juventude Urbana (e veja-se, para não ir mais longe, as abundantes páginas da Internet sobre o assunto) designa assim, quase sempre, a Juventude Problemática, aquela da qual Marlon Brando foi um emblema numa película famosa do mesmo modo como, depois, James Dean também o foi em outra película não menos famosa. Há outros exemplos de Juventude Problemática, sem dúvida, e talvez mais estimulantes, como o *Buda do Subúrbio* que foi Jack Kerouac. Mas se esse é um exemplo em outra chave, não deixa de ser do mesmo caso.

2. Como não quero tratar a questão.

Desde logo indico o modo como *não* desejo tratar esta questão. Por exemplo, como o faz uma certa publicação da Internet chamada *On line Journal of Urban Youth Culture*, que vê os jovens “a tratar” como aqueles que se definem pela cultura hip-hop e outros modos da cultura musical, aqueles que formam e se reconhecem nas “tribos” urbanas. E quando digo que não vou tratar o assunto nessa perspectiva o que quero dizer é que não vou propor nada parecido, como faz esse *Journal*, com a abordagem que busca um “desenvolvimento positivo da juventude”. Esse tipo de paternalismo, demasiado próximo do autoritarismo ou dirigismo cultural, já deveria ter sido superado.

Também *não* o quero fazer do modo como opera um outro projeto, o *Urban Youth Literacies: a Critical, Global Project*, que vê a questão de uma forma bem ilustrada pelas palavras-chave que emprega: Educação urbana, Cultura letrada adolescente, Pedagogia crítica, Educação internacional, Cultura letrada crítica – e isso não porque esses objetivos sejam em si questionáveis mas porque estamos fazendo Política Cultural e não Pedagogia da educação ou qualquer outra coisa com a qual freqüentemente se confunde a cultura.

Nesse sentido, *não* me interessa saber “how can the investigation of urban youth literacies inform classroom practices and social movements”. Tampouco me parece pertencer ao âmbito da política cultural ter por “goal [...] to develop a framework that allows for the use of critical sociological research to inform conversations with educators and policymakers about curricular development and pedagogy and, ultimately, to transform adolescent literacy education in urban settings”; nem “to consider the revolutionary potential of urban youth literacies and the role of a critical project in fostering the continued production and distribution of urban literacy artifacts.”

Quero tratar a questão do ponto de vista da teoria da cultura tal como ela interessa e é pertinente à política cultural. Quero tratá-la, em outras palavras, como um *tópico* de política cultural propriamente dito, i.e., um objeto determinado e estabelecido de discussão com termos estabelecidos e determinados de tratamento¹. As discussões de política cultural ainda se ressentem enormemente do fato de se darem sobre itens que não são tópicos de política cultural mas noções soltas que, em vez de transitarem criativamente por algum campo interdisciplinar, perdem-se na vaguidão dos territórios conceituais e bem-intencionados de ninguém.

3. Um princípio orientador e seus vetores

Qual me parece que deva ser o princípio orientador da política cultural contemporânea? O da *abordagem integracional da política cultural*, hoje uma autêntica questão de método. Uma abordagem que considere a política cultural como um sistema feito de partes intimamente relacionadas cuja ausência pode danificar a ação pretendida, desvirtuá-la ou anulá-la – cuja ausência mais frequentemente dá origem a casos-fetice de política cultural, isto é, casos que não são inteiramente de política cultural autêntica embora de algum modo não deixem de assim se apresentar. Esse princípio orientador se define pelos vetores que constituem hoje outros tantos tópicos da discussão contemporânea da política cultural, aqueles que são insistentemente recorrentes em nossos discursos embora ainda não se tenham transformado em concretudes claras, o que é outro modo de dizer que ainda não os aplicamos, nós mesmos, e dos quais portanto não extraímos ainda todas as conseqüências necessárias (um pouco como se no fundo neles não acreditássemos plenamente): inovação²; ecologia cultural³; sociedade civil; direitos culturais, sustentabilidade.

Inovação: Escolhendo este como o primeiro vetor (e talvez eu esteja dando a essa descrição todo o peso que a palavra “primeiro” contém: o que vem na frente, o *primus inter pares*) eu me comprometo com um paradigma de minha cultura, de nossa cultura, a cultura dita moderna, a cultura que resultou do Projeto da Modernidade formulado no século XVIII no Ocidente e, por extensão, a cultura dita ocidental: a inovação, aquele que move a longa revolução humana na

direção de uma condição de vida sempre mais entusiasmante (ou, em todo caso, cada vez menos exasperante). Isso tem certas conseqüências, como por exemplo não privilegiar em princípio, e como princípio, o patrimônio como objeto desta política cultural – e de uma política cultural para os jovens--, sobretudo quando se tem de definir prioridades, situação incontornável em política cultural.

Eu poderia aqui fazer uma distinção entre a inovação sobre o passado e para o passado e a inovação para o futuro, de tal modo que se torna possível pensar numa política de inovação também para o patrimônio; mas esse é um tema a requerer espaço maior e próprio.

Ecologia cultural: quer dizer que a prática cultural apoiada, financiada ou cooperada, não deve esgotar-se em si mesma mas transbordar de si para alcançar o meio em que se dá de maneira a convergir para a meta central, para o valor primordial da civilização se não humana pelo menos ocidental e comum a todas suas culturas: a preservação e o prolongamento da vida humana, e acrescento eu: nas melhores condições possíveis. Isso inclui a natureza e a cultura.

Sociedade civil: essa é a mais notável transformação cultural consolidada no último quarto de século e que tem como data simbólica de nascimento o ano de 1971, quando a embarcação então rebatizada com o nome de Greenpeace, e que em seguida se tornou a organização agora mundialmente reconhecida, fez sua histórica viagem a Amchkitá para impedir um teste nuclear dos EUA. A emergência da sociedade civil como protagonista da vida social e política, esse foi o resultado histórico dessa ação, uma sociedade civil que está cansado dos atletas do Estado, como os chama Peter Sloterdijk. Digamos que os atletas do Estado, que treinam nos ambientes rarefeitos e auto-referentes dos partidos políticos, até podem continuar existindo (são quase uma inevitabilidade), desde que treinados não mais por um treinador político e sim por um treinador civil, quer dizer, não mais treinados dentro dos partidos políticos mas da sociedade civil. O destaque a este tópico significa, então, que toda política cultural visará reforçar a sociedade civil.

Direitos culturais: estes, sendo bastante controversos, são suficientemente claros em sua justificação e formulação geral para serem aqui discutidos em profundidade – como aliás merecem. Digamos então, apenas, que constituem mais um desses vetores a orientar uma política cultural sistêmica ou integracional e que aqui é visto na perspectiva da sociedade civil e do desenvolvimento da *cidadania ativa*⁴. Uma das debilidades persistentes da noção de direitos culturais é que ela vem pleiteada *in abstracto* como um valor supremo genérico e não-localizado, o que a torna refém das políticas paternalistas do Estado (os direitos culturais como uma concessão). Enfatizar que os direitos culturais devem fortalecer a sociedade civil porque é em seu âmbito que eles serão praticados de modo a dar origem à cidadania ativa é evitar em parte a discussão exasperante sobre o conteúdo variável desses direitos e destacar a importância do *topos* onde eles se dão e *para quê* se dão.

Apenas para especificar, a cidadania ativa contrapõe-se àquela usual, a cidadania passiva, em tudo e por tudo passiva neste momento em que a sociedade civil já despertou mas ainda não encontrou o caminho de sua afirmação. Desnecessário talvez lembrar que a cidadania ativa

contrastará a realidade que Lima Barreto denunciou no Brasil décadas atrás ao dizer que o Brasil não tem povo, em público.

O tópico dos direitos culturais incorpora, em meu entendimento, o da diversidade cultural. O tema dos direitos apenas se coloca quando há uma situação de diversidade e, em seguida, de conflito, caso contrário não seria necessário. Faço aqui uma ressalva da qual já tratei em outro lugar⁵: o direito de participar da vida cultural, consagrado na declaração sobre os direitos econômicos, sociais e culturais da UNESCO firmada em 1966, deve ser entendido não apenas no sentido de participação na própria vida cultural mas também, e talvez acima de tudo, no sentido de direito a participar da vida cultural *do outro*, imperativo de um mundo cada vez menor e feito de partes intimamente comunicáveis. A defesa insistente e enviesada que fazem estados autoritários, ou ditatoriais, do direito (que no caso deles é um dever) de participar da própria cultura, visando excluir a experiência da cultura do outro (do outro país, do outro grupo, do outro partido) é eloqüente demonstração do efeito perverso que se registra na esteira dessa bandeira.

Sustentabilidade: expressão que costuma apontar para uma questão econômica, aquela que prevalece nas discussões atuais sobre política cultural, mas que deve ser entendida também num outro sentido: o da capacidade que possa ter um projeto ou ação cultural de sustentar-se antes de mais nada culturalmente, quer dizer, segundo suas próprias condições e aspirações.

4. Um desenho ilustrativo

Como pode desenhar-se uma política cultural para os jovens de acordo com o princípio integracional composto por esses vetores ou tópicos, levando-se em conta ainda a cooperação – a cooperação intranacional e a cooperação internacional?

Começo com um exemplo menor e localizado: um caso da política cultural escocesa⁶: recursos vindos da loteria para amparar não apenas Cultura para os Jovens mas Cultura para os Jovens Feita Em Ambiente Urbano renovado – se não inteiramente renovado pelo menos renovado em parte, com a criação de *plataformas* ou oásis culturais que podem levar à renovação da área em que a política se manifestará. Penso, em São Paulo, na Cracolândia essa zona vastamente degradada entre duas antigas estações de trem hoje sem sentido, agora ocupada por jovens de todas as idades que se entregam abertamente ao vício da droga, à prostituição e à marginalidade pequena e grande. E se não foi nessa orientação que se formulou inteiramente o projeto escocês, assim foi como o li e adaptei para nosso caso, foi assim que ele me inspirou. Refiro-me ao *ambiente* porque uma boa parte da atividade da chamada Urban Youth se dá em meio à degradação da cidade ou provocando a degradação da cidade. E além de contemplar o ambiente, contemplar também prioritariamente a juventude em situação de risco – desde que não seja para confirmá-la e mantê-la num gueto cultural, como os que se criam na periferia das cidades. Levar as pessoas ao coração da cidade é a palavra; não sendo possível, fazer com que cada pedaço da cidade contenha o princípio do coração da cidade.

Não é difícil imaginar como essa proposta pode desenvolver-se de modo a atender à maioria dos preceitos que conformam o princípio integracional da política cultural contemporânea. A parte

que nesse projeto cabe à inovação, à ecologia cultural e aos direitos culturais é comodamente imaginável. Dos dois outros vetores trato agora em particular.

5. A sustentabilidade cultural

Ainda nesta alternativa concreta citada de uma política cultural, no caso para os jovens: o exemplo da loteria escocesa não resolve por si e em si a questão grave que é a promoção de eventos localizados no tempo: festivais, exposições. É preciso que a situação cultural criada ou amparada seja sustentável no sentido cultural da questão, que ela possa se manter a si mesma nos seus próprios termos culturais, que possa reproduzir-se, que possa repetir-se e que possa refletir sobre si mesma de modo a refazer-se. A reprodutibilidade de uma experiência é um princípio das ciências duras com cuja importação a ciência da política cultural tem tudo a ganhar. Nesse caso, penso que um formato adequado de sustentabilidade para uma política cultural para os jovens é o da *incubadora*, ao estilo do que já se faz com a ciência (e que pode ter aporte de agências financiadoras da pesquisa). A falência da Universidade para desenvolver uma formação adequada para a cultura e a arte – uma formação a tempo, como se diz: *just in time*-- é clara e precisa ser contornada. Não há aqui espaço para desenvolver adequadamente este que também deve ser visto como um *tópico de política cultural*. Direi apenas que por incubadora me refiro a um programa de inserção dos jovens no sistema da cultura, de um duplo ponto de vista: organizacional e econômico (o que é próprio de toda incubadora) mas também técnico (a competência para o modo cultural escolhido).

6. Apoiar quem, com essas medidas?

Apoiar a cultura em ação mas apoiar simultaneamente o entorno (pensando em particular na juventude como sendo a juventude problemática implícita na formulação). Vai apoiar o entorno mas vai apoiar em última instância o indivíduo – não o Estado. E vai apoiar o indivíduo através das instituições da sociedade civil, não do Estado. A menção `s instituições da sociedade civil é importante para que a cooperação não se faça com grupos soltos formados um pouco ao acaso de interesses eventuais embora estes não devam ser evitados desde logo. Por instituições me refiro a ONGs mas não apenas à ONGs e não preferencialmente a elas. Museus podem ser instituições da sociedade civil (quando têm Sociedade de Amigos, quando têm uma política própria que se conduz à margem das instabilidades do Estado). E digo museus --como poderia dizer outras instituições em que se pode pensar, como Cinematecas etc.-- porque nesses lugares está em princípio algo que deve ter seu lugar reservado na Política Cultural: a competência cultural, a competência para a cultura. Cultura se faz com competência, não apenas com esforço, idéias morais e bom samaritanismo. Este poderia ser tranquilamente o sexto tópico de uma política cultural integracional.

Necessário mencionar ainda as fundações. As fundações, sobretudo as internacionais (quase as únicas existentes) têm sido no Brasil um exemplo do que há de melhor em termos de cooperação cultural, porque fazem de fato isso: cooperação cultural, não intervenção cultural.[7](#)

E ainda neste parágrafo dedicado a definição de quem apoiar: notar que o exemplo concreto aqui discutido consagra um princípio que se constitui tranqüilamente num sétimo tópico de política cultural: a alocação de recursos para a cultura por meio de projetos concursais: cidades competem pelo dinheiro (assim como dentro de cada cidade entidades distintas competem pelo dinheiro). Esse deve ser um princípio de política cultural em tempos de escassez de recursos para a cultura (quer dizer, sempre), que traduz par a política cultural e nela põe em prática dois princípios culturais clássicos praticados num modo de cultura popular (aquela que se afirma ser sempre necessário respeitar e promover mas que raramente é reconhecida ali onde se revela mais estimulante) que a política cultural pode importar com claros benefícios: 1) quem passa, recebe (quem é capaz de ser desprendido o suficiente para passar a bola para um companheiro mais bem colocado, receberá a bola numa próxima ocasião; quem não passa, não recebe e fica à margem do jogo embora pareça dele fazer parte); e 2) quem pede tem prioridade: quem pede a bola deve ter prioridade: se pede é porque em princípio sabe por que o faz, deve ser atendido.

7. Que conteúdo se vai apoiar?

É preciso reconhecer de início que o jovem sabe muito bem que cultura quer e onde a pode encontrar. Quando dirigi o IDART⁸ na Secretaria de Cultura de São Paulo produzi um filme intitulado *Como dança São Paulo* que já então, meados dos anos 90, mostrava a auto-organização dos jovens para encontrar a cultura que queriam -- e me refiro às danceterias onde hoje se fazem as baladas, como se diz, e que chegavam a reunir num único e mesmo espaço até 3 ou 5 mil pessoas. Mas a Política Cultural não está para isso porque isso é o que já existe. Não se trata de dar ao jovem o que ele quer, sobretudo quando o que ele quer já existe de outra forma ou nessa mesma forma; nem de dar a ele o que ele deve querer; mas, sim, desenvolver uma política cultural (PC) que se oriente por seus princípios contemporâneos consagrados, dos quais o primeiro é o da inovação⁹.

Uma outra observação sobre o conteúdo dessa política para os jovens: não acredito em cultura jovem quando o se entende por essa expressão é a cultura fita para o jovem. A PC não deve segmentar sua ação, sobretudo nessa área: quem pratica a segmentação da cultura é o mercado que, especialmente nisto, não precisa ser imitado pelas PCs. A cultura é uma só. Um dia se terá de fazer o balanço das enormes perdas que a cultura sofreu, com conseqüências como o atraso no desenvolvimento intelectual e emocional das pessoas, após a invenção da literatura para as crianças e para os jovens. Swift revoltava-se quando diziam que ele era um autor de literatura infantil. E tinha razão: como ele dizia, a literatura dele era para os adultos e para as crianças, mas sobretudo não era infantil.

8. O lados dos cooperantes

Esses seriam preceitos para os cooperados, aqueles que vão pedir recursos, e para os cooperantes, os que vão criar as condições materiais para eu os cooperados alcancem seus fins culturais. Essa afinção entre as duas partes tem de se dar, para isso estamos aqui: a carta que um deve seguir deve ser a mesma carta que o outro tem nas mãos, os vetores que orientam a ação de uns devem

ser os vetores que conduzem a ação do outro. Não é possível falar em cooperação se o lado de cá tem um entendimento do que está em jogo e o de lá, outro.

Mas, na esfera da cooperação *internacional* há algumas especificidades a destacar. Se globalização é uma palavra maldita, com ou sem razão, *aconectividade*, que a ela está intimamente relacionada e que pode ser nosso oitavo tópico, não o é. Em outras palavras, tudo que se fizer do *lado de cá* precisa de condições para aparecer *lá* ou para ressoar *lá*. Estar ligado é um valor contemporâneo a ser entendido em sua mais larga expressão: estar ligado com o mundo todo, com o primeiro mundo, com o presente ali onde o presente está no palco. É justo e legítimo. Vejamos o que acontece com as artes plásticas: numa feira de Basel ou de Madrid se tem de pagar até 50 mil dólares por um stand. Impossível torná-las acessíveis aos jovens, à arte jovem, à arte jovem amparada pelas galerias jovens. É preciso que a incubadora tenha onde desovar sua produção -- e o país cooperante precisa entender que uma boa parte dos recursos que vai destinar à cooperação não precisa sequer sair de seu país, o que, dada a filosofia atual que rege a riqueza e a política das nações, é uma benção! Abrir centros de exposição no país de origem dos fundos, no país do próprio cooperante, é tão importante quanto qualquer outra coisa que ele possa fazer. Não centros de exposição na periferia de uma cidade importante do país cooperante, nem em lugar abandonado: no centro. As instituições de arte atuais dos países cooperantes por si não se movem nesse sentido, não se abrem para a cultura e a arte dos cooperados, outras têm de ser criadas com esse fim – ou aquelas têm de ser convencidas, por um programa de ação cultural, a fazer o que podem fazer.

9. Voltar a uma questão: que conteúdo se vai apoiar, que cultura?

Não sei e não é o caso de definir-se isto desde logo. Não é essa a questão. A PC (política cultural) contemporânea é acima de tudo formalista, quer dizer, ela prepara a forma, a fôrma. Ocupa-se do *como*, não do *quê*. O recheio de uma PC será definido pelos interessados. A PC contemporânea não é conteudística. Ela sobretudo não irá promover a identidade, individual, grupal ou nacional; nem o patrimônio, pessoal, local ou nacional. Vai criar as condições para que a inovação se dê, em situação de ecologia cultural (qualidade de vida), de modo a promover os direitos culturais e fortalecer a sociedade civil. Sempre reclamamos que a inovação é colocada à margem do processo mercantil e que se tem de pensar nela quando se faz PC. Pois pensemos nela. *Acima de tudo*, não se trata de preparar uma PC para uma cultura domesticada ou com uma cultura domesticada ou que vise a cultura domesticada. O atrelamento da cultura à causa do desenvolvimento é uma domesticação da cultura, assim como o é o atrelamento da cultura à socialidade ou à inclusão social e outras *idéias feitas* congêneres. Nunca como nas últimas duas décadas a cultura foi mais domesticada no domínio da política cultural, a ponto de nos fazer pensar que talvez tenhamos vivido o ápice da real liberdade e diversidade cultural em algum momento dos anos 60 e 70 do século passado¹⁰. Se a cultura precisa servir para alguma coisa, já basta que ela sirva para nos dar prazer e liberdade. Sei que avanço um pouco esse sinal que quero ver respeitado ao falar, eu mesmo, em ecologia cultural e cidadania ativa. Mas é o máximo a que chego. E tenho uma clara idéia de como não se pode e não se deve domesticar a cultura. Assim como não podemos mais admitir os atletas do Estado, não devemos e não queremos nos

transformar em engenheiros da cultura. A cultura é muito mais antiga do que nós, quer dizer os mediadores da cultura, os gestores culturais, os pesquisadores da cultura. E tudo somado ela sempre se deu relativamente bem sem nossa ajuda até agora. Temos de fazer o mínimo. Costuma-se dizer o que o Estado deve fazer algo em termos de PC. Pois tão importante quanto isso é lembrar aquilo que o Estado *não deve fazer* em termos culturais, lembrar a obrigação de *não-fazer cultural* como certa vez destacou Gonzalo Carámbula. A cultura pode muito pouco. Ela não impediu Auschwitz e não impediu os horrores que vimos agora, neste ano de 2005, na New Orleans devastada por um furacão. Ciclicamente parece que um fenômeno espantoso como esses acontecem e nos lembram da fragilidade que é a cultura humana em seu papel de coesão social. A cultura nada é além de uma frágil e superficial epiderme incapaz de conter a purulência que segue ativa logo abaixo. Tudo vai bem enquanto tudo vai bem. Quando o resto não vai bem, a cultura não segura as pontas. Não importa. Temos de continuar a ampará-la da maneira mais invisível possível: como um juiz de futebol, que é tanto melhor quanto menos se vê.

Em suma, usei o tema que foi proposto a esta mesa como um pretexto para afirmar a necessidade de assumirmos um entendimento sistêmico e integracional da política cultural, de cada programa de ação cultural, que evite o tratamento caso a caso que se vem observando e que será, em última análise, o responsável pelo fracasso, maior ou menor, de vários programas de política cultural, em situação de cooperação ou não. Já passamos da fase em que a política cultural era um emaranhado de opiniões soltas, não raro contraditórias. Um pouco de método não fará mal nenhum, a esta altura.

Notas

[1](#) Francis Mulhern, *Culture/metaculture*. London, Routledge, 200, p.xiii

[2](#) Aquilo, talvez, que Collin Mercer chamou de criatividade, in Painel sobre Criatividade, consumo e comunicação cultural, IV Campus Euroamericano de Cooperação Cultural, Salvador, 13-16 setembro 2005.

[3](#) Qualidade de vida, *idem*.

[4](#) Collin Mercer referiu-se, nesse mesmo painel, a “novos modos de cidadania.”

[5](#) *Culturas flutuantes: cultura, política e arte pós-2001*. São Paulo, Virtu Books, no prelo.

[6](#) Cf. “ Culture Minister Frank McAveety has welcomed news that two Scottish councils have won £1.2 million lottery cash for innovative 18-month-long urban cultural programmes.Highland Council will receive £500,000 and South Lanarkshire will get £700,000 from the Urban Cultural Programme, a partnership between the Millennium Commission and Arts Council England. This

new initiative builds on the successful European Capital of Culture 2008 competition run in 2003.V.www.scotland.gov.uk/News/Releases/2004/07/27094953 - 23

7 Refiro-me aos três modos de política cultural: intervenção cultural (o mais comum, o mais forte, o mais problemático, no limite o mais inoportuno), a coordenação cultural (do qual a incubadora é um exemplo) e a cooperação cultural (colaborar com os fins culturais que o cooperado quer alcançar).

8 Departamento de informação e documentação artística.

9 Quer dizer, se a política cultural vai atender a um desejo que o jovem já satisfaz de algum modo, que o faça com inovação.

10 Em *Cultura e raça*, Lévi-Strauss dizia que provavelmente o máximo de diversidade já havia sido vivido em algum momento até aquele instante em que escrevia esse texto, princípio dos anos 50. Claro, ele não poderia imaginar, então, o “maio de 68”. Picos de liberdade e diversidade cultural podem portanto ser alcançados outra vez e mesmo superados. Isso não deve ocultar o fato de que às vezes, quando olhamos par atrás, nos damos conta de que faz um tempo, um bom tempo, que descemos do pico mais recente...

José Teixeira Coelho (*)

Profesor titular de la Escuela de Comunicación y Artes de la Universidad de Sao Paulo / ECA-USP. Y Director del Museo de Arte Contemporáneo (MAC) de la Universidad de Sao Paulo (USP), Brasil. Es licenciado en Derecho por la Universidad de Guarulhos (1971). Tiene una maestría en Ciencias de la Comunicación de la Universidad de Sao Paulo (1976). Y es doctor por la Universidad de Sao Paulo en Letras (Teoría Literaria y Literatura Comparada), (1981). Actualmente trabaja en la Universidad de Sao Paulo. Es experto en el área de comunicación, especialmente en el apartado de Teoría de la Comunicación, en el área de Ciencias de la Información; experto en Teoría de la Información en la especialidad de Teoría General de la Información; también es experto en las áreas de CC. Políticas, Artes y en el área de Musicología. Es autor de numerosísimas publicaciones y artículos sobre estos temas.

Fuente: Revista Pensar Iberoamérica. Número 9 - julio - octubre 2006 [en línea] <http://www.oei.es/pensariberoamerica/ric09a02.htm>